

# Amamentação: da prevenção da mortalidade infantil à promoção do desenvolvimento integral da criança

## **Breastfeeding: the prevention of infant mortality to promote the integral development of children**

Sonia Isoyama Venancio<sup>1</sup>

### **Resumo**

Pretende-se neste artigo apresentar um breve histórico da amamentação e diversos movimentos que ocorreram no sentido de resgatar essa prática desde a década de 70, os quais repercutiram no Brasil com a definição de várias estratégias e ações no âmbito da política pública. Destacam-se as evidências científicas sobre o papel da amamentação para a redução da mortalidade infantil e chama-se a atenção para os estudos mais recentes que associam a amamentação à prevenção de doenças crônicas. Por fim, ênfase é dada à importância da amamentação para o desenvolvimento integral da criança; destaca-se que as evidências apresentadas nesse breve ensaio deveriam ter implicações importantes em termos de políticas de saúde da criança, especialmente aquelas voltadas ao desenvolvimento da Primeira Infância, uma vez que sugerem fortemente que o investimento na promoção do aleitamento materno poderá resultar não apenas em melhoria da saúde física, mas também na promoção de melhores resultados intelectuais e psicoemocionais.

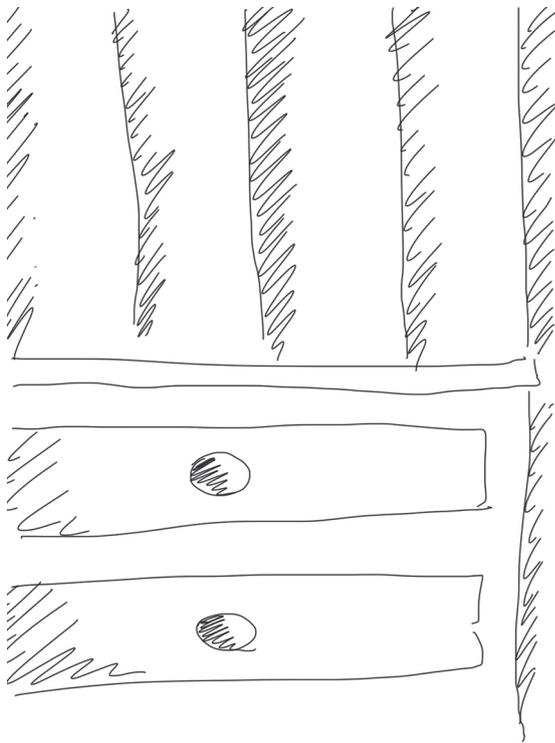
**Palavras-chave:** amamentação, aleitamento materno, desenvolvimento infantil.

### **Abstract**

This article is intended to provide a brief history of breastfeeding and different movements that have taken place in order to rescue this practice since the 70s, which had repercussions in Brazil with the definition of various strategies and actions in the field of public policy. It highlights the scientific evidence on the role of breastfeeding in reducing infant mortality and called attention to the latest studies linking breastfeeding to prevent chronic diseases. Finally, emphasis is on the importance of breastfeeding for the integral development of the child; It highlights that the evidence presented in this brief essay should have important implications for child health policies, especially those related to the development of Early Childhood, since strongly suggest that investing in breastfeeding promotion may result not only in improved physical health but also the promotion of better intellectual and psycho-emotional outcomes.

**Keywords:** breastfeeding, breast feeding, child development.

<sup>1</sup> Sonia Isoyama Venancio (soniav@isaude.sp.gov.br) é médica pediatra, doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP, Pesquisadora Científica VI e Vice-diretora do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.



### Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde recomendam que a amamentação seja praticada de forma exclusiva, ou seja, sem a oferta de água, chá, suco, outros líquidos ou alimentos, até o sexto mês de vida da criança e juntamente com alimentos complementares até os 2 anos ou mais (WHO, 2001). Essa recomendação é baseada em evidências sobre as inúmeras vantagens da amamentação, tanto sobre os aspectos nutricionais e imunológicos quanto no plano psicossocial<sup>6,5</sup>.

Apesar do consenso sobre os benefícios e vantagens da amamentação, sua prática ainda atinge níveis subótimos no Brasil, assim como em outros países. De acordo com pesquisas nacionais

de base populacional, é possível constatar que, embora os índices de amamentação no Brasil venham aumentando gradativamente, dados da II Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal, realizada em 2008, apontam que a prevalência da amamentação exclusiva era de 41% entre os menores de seis meses e que a duração mediana da amamentação atingiu 11,3 meses<sup>11</sup>.

### Amamentação

A situação atual é uma herança do início do século XX, período marcado por um intenso processo de desmame precoce que assolou a população de crianças em todo o mundo. Tal período foi carac-

terizado por mudanças importantes da sociedade, com a industrialização, urbanização, inserção da mulher no mercado de trabalho e o aumento da disponibilidade de leites industrializados, acompanhado de estratégias agressivas de marketing voltado ao consumo desses produtos, resultando naquilo que alguns autores denominam como uma “epidemia de desmame”<sup>3</sup>.

O impacto da utilização de leites industrializados sobre o aumento das taxas de mortalidade infantil, associada ao aumento dos níveis de desnutrição, começou a ser documentada na década de 1970. Como resultado, tem início um grande movimento pró-amamentação, liderado por organismos internacionais como OMS e Unicef. Em 1979, ocorre em Genebra a Reunião Conjunta OMS/Unicef sobre Alimentação Infantil da Criança Pequena, que tem como desdobramento a elaboração de um código de conduta ética quanto à propaganda de produtos que interferem na amamentação. Em 1981, esse Código é aprovado na Assembleia Mundial de Saúde. Outros marcos deste movimento foram: a assinatura da Declaração de Innocenti, em 1990, produzida e adotada por representantes de organizações governamentais, ONGs e defensores da amamentação de países de todo o mundo, a qual propõe um conjunto de estratégias para promover, proteger e apoiar a amamentação; e o lançamento, em 1991, da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), com dois objetivos: mudar as rotinas hospitalares segundo o cumprimento dos “Dez Passos Para o Sucesso da Amamentação” e não aceitar doações de substitutos do leite materno<sup>10</sup>.

Esse movimento global para a retomada da prática da amamentação teve seus reflexos no Brasil com a criação, em 1981, do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. A partir daí, várias estratégias de promoção, proteção e apoio à amamentação foram desenvolvidas no país, merecendo destaque: a expansão da Rede Brasileira

de Bancos de Leite Humano, composta atualmente por cerca de 270 unidades; a expansão da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, a qual conta com a adesão de cerca de 340 maternidades no país; avanços relacionados à Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), decorrentes das mudanças nessa legislação que ocorreram em 2002; da criação da Lei 11.625, publicada em 2006, visando à regulamentação da promoção comercial e das orientações do uso apropriado de alimentos para crianças de até 3 anos; e, por fim, a intensa mobilização social provocada pela comemoração das Semanas Mundiais da Amamentação, e a instituição do Dia Nacional da Doação de Leite Humano, em 1º de outubro<sup>12</sup>.

Até aqui relatamos um breve histórico da amamentação e diversos movimentos que ocorreram no sentido de resgatar essa prática desde a década de 1970. Vale ressaltar que esse esforço esteve fortemente relacionado às metas globais de redução da mortalidade infantil, especialmente o componente relacionado a doenças infecciosas. Nesse contexto, vários pesquisadores se dedicaram a buscar evidências sobre o impacto da amamentação sobre as doenças e mortes na infância.

Alguns estudos podem ser destacados, como o realizado por Feachem e Koblinsky<sup>2</sup>, que realizaram uma meta-análise mostrando que amamentar exclusivamente até cerca de 4-6 meses protegia a criança contra a morte por doenças infecciosas; Victora *et al.*<sup>15</sup>, que em um estudo caso-controle demonstraram que crianças amamentadas de forma exclusiva tinham menor risco de morrer por diarreia e outras infecções; Jones *et al.*<sup>5</sup>, os quais apontam que o aleitamento materno é a estratégia que mais previne mortes infantis, com potencial de reduzir em 13% as mortes em crianças menores de 5 anos; Edmond *et al.* (2006)<sup>1</sup>, que demonstram que a amamentação praticada na primeira hora de vida

pode reduzir em até 22% as mortes neonatais.

Tais evidências tiveram fundamental importância para que o aleitamento materno fosse incluído com destaque nas políticas visando à redução da mortalidade infantil. De fato, na análise dos avanços e desafios da saúde materna e da criança no Brasil, elaborada por Victora *et al.*<sup>13</sup>, a amamentação é apontada como um dos fatores responsáveis pelo declínio da mortalidade infantil que ocorreu no Brasil nas últimas décadas.

Porém, mais recentemente, a amamentação tem sido incluída em outras agendas, como aquelas relacionadas à prevenção de doenças crônicas. Podemos citar como exemplo o destaque dado à amamentação na “Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde”, aprovada na 57ª Assembleia Mundial da Saúde em 2004:

*A saúde e a nutrição das mães antes de engravidar e durante a gravidez, e a alimentação do bebê durante os primeiros meses, são importantes para a prevenção das doenças não transmissíveis durante toda a vida. A amamentação natural exclusiva durante seis meses, seguida de uma alimentação complementar apropriada, contribuem para um ótimo desenvolvimento físico e mental... (WHO, 2004).*

Nesse sentido, podemos citar a contribuição de Horta e Victora<sup>4</sup>, que realizaram uma revisão sistemática com meta-análise sobre os efeitos da amamentação em longo prazo. Os autores verificaram pequeno efeito protetor da amamentação em relação à redução da pressão arterial sistólica, proteção substancial em relação ao diabetes tipo 2, 24% de redução do sobrepeso/obesidade.

Esses autores discutem também a plausibilidade biológica de tais achados. Em relação à pressão arterial, sugerem que a maior exposição das crianças alimentadas com leites industrializados a maiores concentrações de sódio poderia explicar os

achados. Em relação ao diabetes tipo 2, pelo menos três vias biológicas têm sido propostas para explicar o efeito protetor de amamentação: a presença de ácidos graxos poli-insaturados de cadeia longa no leite materno, que poderiam proteger contra a resistência à insulina; a maior secreção de insulina em bebês alimentados com fórmula infantil levando à falência de células beta e a proteção da amamentação contra obesidade, que poderia consequentemente prevenir o diabetes tipo 2. Sobre a prevenção do sobrepeso/obesidade, diversos mecanismos têm sido apontados, tais como menor quantidade de proteína do leite materno, diferente resposta à insulina de bebês amamentados e diferenças entre preferência e hábitos alimentares de crianças amamentadas e alimentadas com fórmula.

Por fim, focalizaremos no impacto da amamentação sobre o desenvolvimento infantil, uma vez que os investimentos para o desenvolvimento na Primeira Infância e mais especificamente nos primeiros 3 anos de vida vem adquirindo enorme importância em quase todos os países e programas de governo. De fato, percebe-se que diante dos avanços em relação à redução da mortalidade infantil, a agenda da criança tem se ampliado para buscar estratégias que garantam o pleno desenvolvimento na infância.

E nesse cenário, qual seria a contribuição da amamentação?

Uma consulta à Enciclopédia sobre Desenvolvimento na Primeira Infância, que pode ser consultada no sítio <<http://www.encyclopedia-crianca.com/>>, mostra que a relação entre amamentação e desenvolvimento infantil tem sido alvo de diversas pesquisas.

Apesar das dificuldades em se conduzir ensaios clínicos randomizados para avaliar o impacto da amamentação sobre o desenvolvimento, Lucas *et al.*<sup>6</sup> compararam os resultados da alimentação de bebês prematuros com leite humano armazenado

do em bancos de leite, com leite em pó para prematuros e com leite em pó para bebês nascidos a termo; os resultados indicaram melhor desenvolvimento cognitivo para aqueles que receberam o leite humano armazenado em bancos de leite.

Perez-Escamilla<sup>9</sup>, em seu artigo intitulado “A influência do aleitamento materno sobre o desenvolvimento psicossocial”, aponta evidências substanciais em apoio a um possível vínculo entre aleitamento materno e desenvolvimento psicossocial da criança, sendo o mesmo consistentemente associado a escores cognitivos mais altos.

Um estudo brasileiro sugere que a amamentação esteve associada a um melhor desempenho escolar em adolescentes, em uma população na qual a duração da amamentação não variou de forma expressiva em relação às condições socioeconômicas<sup>14</sup>.

Em revisão sistemática mais recente realizada por Horta e Victora<sup>4</sup>, verificamos que a amamentação esteve associada a melhor desempenho em escores de desenvolvimento cognitivo em crianças e adolescentes (incremento médio de 3,5 pontos), mesmo após o controle de variáveis de confundimento, como QI materno. Em relação à plausibilidade biológica, os autores apontam que vários mecanismos poderiam ser responsáveis por esse efeito, entre eles a presença de ácidos graxos de cadeia longa poli-insaturados no leite humano. Além disso, a amamentação também está positivamente associada à sensibilidade materna e com a ligação entre mãe e criança, o que constitui um mecanismo adicional para o efeito ao longo prazo do aleitamento materno na cognição.

Em 2015, Victora *et al.* contribuem mais uma vez para o debate sobre a relação entre amamentação e desenvolvimento cognitivo ao publicarem os resultados de um estudo prospectivo de base populacional, da coorte de recém-nascidos de 1982 de Pelotas, Brasil. Informações sobre o aleitamento

materno foram registradas no início da infância e, aos 30 anos de idade, estudou-se o QI (*Wechsler Adult Intelligence Scale*, terceira versão), nível de escolaridade e renda dos participantes. Os autores concluíram que a amamentação está associada a um melhor desempenho em testes de inteligência 30 anos depois, e pode ter um importante efeito no longo prazo, aumentando níveis de escolaridade e renda na idade adulta<sup>15</sup>.

### **Considerações finais**

As constatações apresentadas neste breve ensaio deveriam ter implicações importantes em termos de políticas de saúde da criança, especialmente aquelas voltadas ao desenvolvimento da Primeira Infância, uma vez que sugerem fortemente que o investimento na promoção do aleitamento materno poderá resultar não apenas em melhoria da saúde física, mas também na promoção de melhores resultados intelectuais e psicoemocionais.

social. Campinas: Unicamp, 1988.

4. Horta B, Victora CG. Long-term effects of breastfeeding. A systematic review. Genebra: World Health Organization; 2013.

5. Jones G, Steketee RW, Black RE, Bhutta ZA, Morris SS. Bellagio Child Survival Study Group. How many child deaths can we prevent this year? *Lancet*. 2003; 362:65-71.

6. Lucas A, Morley R, Cole TJ, Lister G, Leeson-Pagne C. Breast milk and subsequent intelligence quotient in children born preterm. 1992; 339(8788):261-264.

7. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para menores de dois anos – um guia para o profissional da saúde na atenção básica. Brasília (DF); 2010.

8. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil – aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília (DF); 2009.

9. Pérez-Escamilla R. Influence of breastfeeding on psychosocial development. In: Tremblay RE, Barr RG, Peters RDeV, editores. *Encyclopedia on Early Childhood Development [on-line]* Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development; 2005. p.1-6 Disponível em: <http://www.excellence-earlychildhood.ca/documents/Perez-EscamillaANGxp.pdf>

10. Rea MF. Reflexões sobre a amamentação no Brasil: de como passamos a 10 meses de duração. *Cad Saude Publica*. 2003; 19 Suppl 1:S37-S45.

11. Venancio SI, Saldiva SRDM, Monteiro CA. Tendência secular da amamentação no Brasil (1975-2008). *Rev. de Saúde Pública*. 2013; 47:1205-1208.

12. Venancio SI. Formação de redes e ações para apoio, promoção e proteção do aleitamento materno. In: Cardoso MA, organizadora. *Nutrição e saúde coletiva*. São Paulo: Atheneu; 2014. p.283-292.

13. Victora CG, Aquino, EMM, Leal MC, Monteiro, CA, Barros, FCLF, Szwarcwald CL. Saúde de mães e crianças no Brasil: progressos e desafios. *The Lancet. Health in Brazil*. 2011; p. 32-46. Disponível em: <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor2.pdf>

14. Victora CG, Barros FC, Horta BL, Quevedo L, Pinheiro RT, Gigante DP et al. Breastfeeding and school achievement in Brazilian adolescents. *Acta Paediatr*. 2005; 94:1656-1660.

15. Victora CG, Barros FC, Horta BL, Quevedo L, Pinheiro RT, Gigante DP et al. Association between breastfeeding and intelligence, educational attainment, and income at 30 years of age: a prospective birth cohort study from Brazil. *The Lancet*. 2005;3(4):1199-e205. [acesso em abr 2015]. Disponível em: [www.thelancet.com/lancetgh](http://www.thelancet.com/lancetgh).

16. Victora CG, Smith PG, Vaughan JP, Nobre LC, Lombardi C, Teixeira AM et al. Evidence for protection by breastfeeding against infant deaths from infectious diseases in Brazil. *The Lancet*. 1987; 2:319-321.

#### Referências

1. Edmond KM, Zandoh C, Quigley MA, Amenga-Etego S, Owusu-Agyei S, Kirkwood BR. Delayed breastfeeding initiation increases risk of neonatal mortality. *Pediatrics*. 2006;117:380-386.
2. Feachem RG, Koblinsky MA. Interventions for the control of diarrhoea diseases among young children: promotion of breastfeeding. *Bulletin of the World Health Organization*. 1984; 62:271-291.
3. Goldenberg P. Repensando a desnutrição como questão